

MAPEAMENTO PARTICIPATIVO PARA CRIAÇÃO DE CIRCUITO TURÍSTICO COMUNITÁRIO NOS BAIRROS DE SANTA CECÍLIA, ILHA DO CAXANGÁ, ROSÁRIO E BARROSO EM TERESÓPOLIS-RJ

Bárbara Helenni Gebara Santin ¹

RESUMO

O presente trabalho diz respeito ao potencial de inserção de um circuito turístico comunitário nos bairros de Santa Cecília, Ilha do Caxangá, Barroso e Rosário – região urbana que conta com áreas favelizadas – em Teresópolis, município localizado na região serrana do estado do Rio de Janeiro. A partir da ideia de cartografia social e da consequente elaboração de um mapa turístico participativo é possível identificar e indicar localidades e atividades que têm potencial de atrativo turístico e que são consideradas de importância cultural, histórica, étnica, política ou afetiva para a população local. Este projeto nasce da possibilidade de uma atividade turística que contemple e valorize a cultura local e o território das comunidades, que resgate sua história e seus valores, que favoreça a autonomia de gestão para essas comunidades e que desperte a consciência de respeito e valorização de diferentes culturas e lugares nos visitantes; ao mesmo tempo em que é um projeto que oferece um olhar divergente daquele contemplado no Programa de desenvolvimento turístico atual (2021-2024) criado pela Secretaria de Turismo do município, o qual enaltece um turismo de estilo britânico e colonial, por ter sido um município fundado a partir da construção de fazendas e casas de veraneio que tiveram seu ponto de partida através de George March – um colonizador português de descendência inglesa. O projeto de pesquisa se encontra em andamento e duas oficinas de mapeamento participativo já aconteceram, nas quais vários lugares foram indicados pelas comunidades como potenciais atrativos turísticos; somente para citar alguns deles: a criação de um Parque Urbano, de uma horta comunitária, de uma feira de artesanato e gastronomia e de um mirante com vista para a cadeia montanhosa mais famosa de Teresópolis, onde se encontra o Dedo de Deus.

Palavras-chave: Turismo comunitário; Mapeamento participativo; Cartografia social; Favela; Prática socioespacial.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho diz respeito à possibilidade de criação de um circuito turístico comunitário em quatro favelas no município de Teresópolis, localizado na região serrana do estado do Rio de Janeiro, e, proporcionalmente, o segundo município mais favelizado do estado, segundo o IBGE (2010). Através de uma pesquisa empírica – em andamento desde 2021 – tendo como base a cartografia social e a realização de oficinas de mapeamento participativo nos bairros de Santa Cecília, Ilha do Caxangá, Rosário e Barroso, tem sido possível identificar

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/Bolsista FAPERJ, barbarahelenni@gmail.com



localidades, atividades e pessoas que possuem certa potencialidade para se tornarem atrativos culturais nesses bairros. O olhar da pesquisa está voltado para a importância cultural, histórica, étnica, política e afetiva desses possíveis atrativos para os moradores dessas favelas.

Essa pesquisa então nasce de um pensamento que acredita em uma prática turística que contemple e valorize a cultura local e os territórios das comunidades, que resgate suas histórias e seus valores, que favoreça a autonomia de gestão para essas comunidades e que desperte a consciência de respeito e valorização de diferentes culturas e lugares nos visitantes; ao mesmo tempo em que oferece um olhar divergente daquele contemplado no programa de desenvolvimento turístico atual (2021-2024) criado pela Secretaria de Turismo do município, o qual enaltece um turismo de estilo britânico e colonial, por ter sido um município fundado a partir da construção de fazendas e casas de veraneio que tiveram seu avanço devido à colonização de George March – português de descendência inglesa –, o que atraiu outras famílias inglesas para habitar a região. A construção dessas fazendas e sua manutenção foram possíveis graças ao trabalho escravo, onde tanto negros quanto indígenas, que ali habitavam antes da chegada de George March, sofreram processo de escravização e trabalho forçado. A intenção de uma pesquisa que experimente a criação de um circuito turístico comunitário é trazer à luz os caminhos e lugares por onde esses negros e indígenas escravizados passaram e se estabeleceram no período anterior e durante a fundação de Teresópolis, onde hoje se encontram várias áreas favelizadas, sendo algumas delas os bairros de Santa Cecília, Ilha do Caxangá, Rosário e Barroso, os bairros pesquisados.

O projeto de pesquisa se encontra em andamento e algumas atividades foram realizadas até o momento – Maio de 2022 – nas comunidades de Santa Cecília, Ilha do Caxangá, Rosário e Barroso, sendo elas: reuniões e palestras sobre mapeamento participativo e roteiro turístico comunitário; oficinas de mapeamento participativo; visita técnica a alguns possíveis atrativos e participação em eventos e reuniões das comunidades.

METODOLOGIA

A metodologia proposta para o desenvolvimento do presente projeto inclui pesquisa de cunho teórico nas áreas da geografia cultural, turismo e sociologia; pesquisa de campo e construção de uma base de dados de potenciais atrativos turísticos localizados nos bairros de Santa Cecília, Ilha do Caxangá, Barroso e Rosário em Teresópolis; e execução de oficinas de mapeamento participativo com as Associações de Moradores e moradores dos bairros citados



para o desenvolvimento de um roteiro/circuito turístico comunitário nesses territórios. Após essa primeira etapa, a metodologia também conta com visitas técnicas à esses lugares para documentação dos potenciais atrativos, atividades culturais e pessoas que possuem algum conhecimento tradicional e/ou produzem algum tipo de arte, além de aplicação de questionários abertos sobre a percepção dos moradores e dos visitantes em relação ao potencial roteiro elaborado pelas comunidades.

REFERENCIAL TEÓRICO

O planejamento turístico do espaço público contempla a quem?

No município de Teresópolis – localizado na região serrana do estado do Rio de Janeiro, considerado a capital do montanhismo, famoso pela enorme quantidade de trilhas, montanhas e quedas d’água – a atual gestão governamental possui projetos turísticos relacionados principalmente a eventos cervejeiros e gastronômicos, turismo rural, ecoturismo e turismo de aventura. No ano de 2018, no atual governo do prefeito de Teresópolis Vinicius Claussen, através da Secretaria de Turismo em conjunto com empresários do setor de eventos e lazer, foi idealizado um evento gastronômico e cultural anual chamado “Sabores Britânicos de Teresópolis” e, em 2020, o evento “Inglaserra”, o qual pretende criar um cenário artificial inspirado na capital inglesa no centro da cidade. Esses eventos, segundo a Secretaria de Turismo de Teresópolis, justificam-se pelo fato de o município ter sido originado por colonização inglesa. Por isso, o atual governo tem induzido a criação de um perfil turístico britânico no município, contemplado pelo Programa de desenvolvimento “Terê tão bela”, onde eventos e estilo arquitetônico são pensados a partir de um olhar inglês e colonizador. Através do atual cenário de planejamento turístico de Teresópolis, o que o presente projeto busca refletir é: a população moradora de Teresópolis participou dessa decisão? Teresópolis possui características – tanto físicas quanto simbólicas – compatíveis com um perfil turístico que estaria ancorado em uma cultura não brasileira e colonizadora? Qual seria o perfil turístico de Teresópolis e quem deveria pensar essa definição? Interessa a quem o estrangeirismo do perfil turístico do município? A população de Teresópolis é beneficiada com esse tipo de turismo?

Sobre diferentes perspectivas do espaço, e aqui mais especificamente do espaço urbano, Boyer (1994) e Corrêa (2012) falam sobre a diferença entre as práticas simbólicas oficiais e as práticas simbólicas populares, as quais estariam vinculadas ao lugar, ou seja, aquelas ligadas ao lugar retórico e estas ao lugar vernacular. As práticas simbólicas oficiais

seriam referentes à celebração de pessoas e eventos nacionais através de monumentos ou eventos cívicos. Já as práticas simbólicas populares têm a ver com as manifestações culturais repletas de tradição popular local e vínculo identitário com o lugar. Essa diferenciação de práticas e lugares delimita lugares conforme os significados das práticas simbólicas efetuadas.

Para a realização deste projeto seria interessante identificar quais seriam os lugares retóricos e os lugares vernaculares em Teresópolis e como esses lugares e suas práticas simbólicas influenciam nos tipos de turismo que se pratica no município. Seria possível, *a priori*, pensar os locais associados à exaltação da cultura inglesa como lugares retóricos e os locais de exaltação da cultura local como lugares vernaculares? O presente projeto tem a intenção de analisar algumas favelas de Teresópolis – lugares de exaltação da cultura popular local – como possíveis lugares para a prática do turismo comunitário, já que, como pensam os comunitaristas “é a condição da vida em comunidade que enseja o projeto de democracia forte e participativa como contrapartida ao estilhaçamento da sociedade do liberalismo moderno” (Castro, 2012, p. 51).

O turismo comunitário ou rede popular de turismo, de acordo com Castro e Fortunato (2014), surge de um engajamento e participação política de uma comunidade interessada em oferecer um novo olhar para a atividade turística. Esse olhar se baseia na filosofia do turismo solidário, o qual busca ver o turismo como uma atividade que precede as segmentações de mercado como o turismo rural, turismo de aventura, ecoturismo etc. O turismo comunitário pode levar em consideração os “Seis Vês” do turismo solidário: Visitação, Vivências, Vendas, Vínculos, Veiculação e Validação (Fortunato & Neffa, 2014). Tais Vês representam parâmetros para a organização e a manutenção do sistema turístico em uma região ou em um local. O turismo de base comunitária é, assim, um turismo que uma determinada comunidade quer mostrar e oferecer, um turismo que a própria comunidade organiza, um turismo feito no lugar e não no espaço.

Dessa maneira o turismo comunitário acaba tendo um sentido próprio que é vivenciado naquele lugar específico, com aquela cultura específica que tem seus próprios significados e símbolos. Em relação a isso, Corrêa (2012) diz que a significação e valorização simbólica de um lugar podem ser criadas pelos seus habitantes ou então por sujeitos que não vivem no local (o que pode ser um grupo empresarial ou o governo), nascendo assim formas de preservação ou transformação desses lugares, ressignificando sua importância política, étnica e histórica, podendo ou não ser mercantilizado. A importância do turismo comunitário está justamente na valorização da tradição de uma comunidade ou na valorização das atividades turísticas que uma

comunidade quer oferecer aos visitantes, realizando um turismo que gera renda para a comunidade, valorização da sua cultura e vínculos entre seus indivíduos.

Outro ponto importante do turismo comunitário é a valorização da história de uma comunidade em seu território, o qual também é lugar. A separação do lugar e sua história representa, nos tempos atuais, uma das maiores crises da civilização, pois ao estar em um lugar e não conhecer sua história não há como criar vínculos afetivos com ele, isto é, o espaço se torna vazio de significado, vazio do conceito de lar e de lugar, não existindo assim nada que motive uma comunidade a preservá-lo ou transformá-lo (Echeverri & Arias, 2014).

A importância da participação da comunidade no planejamento turístico

A ação de habitar é algo que merece reflexão? Que consequências há no pensar o habitar? Quais suas significações? O que há por trás dos modos de habitar? Echeverri e Arias (2014) trazem esses questionamentos para iniciar uma reflexão em que habitar é considerado lugar de enraizamento, de construção do cotidiano, espaço onde laços são criados, onde se trabalha, se relaciona, onde se faz e se é vida, emerge na coligação do habitat o habitante e os hábitos, que se conectam para o surgimento do lugar e da vida que deles emana.

O habitar antecede a atividade turística. Se os habitantes de uma cidade não usufruem de sua infraestrutura – porque não há infraestrutura ou porque não têm acesso a ela – então um turismo bem planejado acaba se tornando difícil. Seria ideal se o turismo fosse consequência de uma cidade ou região bem estruturada, que possui infraestrutura básica para seus cidadãos ou, ao menos, ser um impulsionador para melhorias de infraestrutura. O turismo comunitário ou a participação da população nas decisões relacionadas à infraestrutura básica e turística podem ser também uma possibilidade de um turismo que valoriza um habitat, sua cultura e traz melhorias para seu cotidiano.

Seria interessante pensar a interação existente entre cultura de um lugar e os indivíduos que vivenciam cotidianamente tal cultura. É preciso lembrar que essa interação é uma faca de dois gumes: de um lado, temos uma cultura dada, posta pelo lugar – claro que sempre criada e recriada pelos indivíduos –, do outro lado, temos as aspirações dos indivíduos, isto é, as possibilidades de ação e de transformação dessa cultura. Em relação a isso Berdoulay (2012, p. 121) diz que

“(…) considerada do ângulo do espaço, a cultura só existe se o indivíduo tiver consciência de si e de seus objetivos, ou seja, se o sujeito tiver aspirações. Assim, a reflexividade é, talvez, o que possibilita caracterizar melhor o potencial de liberdade e de criatividade que a cultura possui quando é abordada geograficamente. É nesse aspecto que ela possui um forte potencial político”.

Nas políticas da área do turismo, a participação da população vem se tornando cada vez mais recorrente, já que há nas políticas públicas e na academia um processo de valorização de tal participação popular de uma forma que seja possível assegurar uma prática turística sustentável. Segundo Castro e Fortunato (2014), esse é um processo que não acontece somente na área do turismo, mas em uma variedade de setores, onde a descentralização, mobilização popular e autonomia municipal são mais valorizadas. Ainda em relação a isso é dito que

“(...) no Brasil, o planejamento turístico seguiu este processo de descentralização e as políticas públicas do campo do turismo também investem na participação de diversos agentes visando à reflexão e a inclusão social no desenvolvimento da atividade. Partimos da premissa que a formação de redes populares de turismo, nas quais pessoas se mobilizam e interagem visando decidir caminhos para produção do território turístico é um fenômeno importante para renovar o modo de se pensar a política e a administração pública no campo do turismo” (Castro & Fortunato, 2014, p. 151).

Algumas das linhas para a descentralização em andamento no país estão presentes no Programa de Regionalização do Turismo (2007) como: diminuição das desigualdades na sociedade e economia regionais através do aumento da oferta de trabalho; promoção, descentralização e regionalização do turismo, incentivando a autonomia estadual e municipal no planejamento das atividades turísticas contemplando a sustentabilidade e a segurança, com a plena participação das comunidades nos benefícios que vêm do crescimento econômico do turismo; incentivo para a prática de um turismo sustentável em áreas naturais, estimulando o turismo como difusor de educação ambiental e estimulando a adesão de atividades com redução de impacto que se alinhem com a preservação das áreas naturais; e manter a identidade da cultura de comunidades e grupos tradicionais ocasionalmente afetados pelo turismo. Essas linhas mostram o empenho no poder regional ou local para se produzir territórios turísticos.

As redes populares possuem o poder de criar e manter melhores conjunturas sociais e ambientais para os locais ou territórios turísticos. A presença dos indivíduos nas redes populares de turismo tem a capacidade de ser um meio para que haja a manifestação legítima das territorialidades – ou lugaridades – das comunidades que querem promover turisticamente seus locais (Castro & Fortunato, 2014). O governo federal, através do Programa de Regionalização do Turismo (Brasil, 2007) ressalta a relevância da descentralização e das redes populares para a consolidação das práticas turísticas, defendendo que a mobilização em rede possui grande força para divulgar informações e troca de conhecimentos de maneira descentralizada, já que assim é possível haver cooperação, trabalho em equipe, gestão autônoma e partilhada entre a comunidade. Porém, é necessário acrescentar que as redes populares de turismo podem ser criadas independentemente de um aval do governo. Assim, é preciso lembrar a importância de

a população iniciar mobilizações locais para fortalecer sua ação política, buscando acordo e emancipação de gestão turística, qualificando, assim, o espaço (Castro, 2012; Castro & Fortunato, 2014).

Esses movimentos populares acabam criando significados e símbolos em um local ou roteiro específico, e as próprias pessoas que se mobilizam para construir e fortalecer as redes populares de turismo começam a se identificar com esses movimentos (Corrêa, 2012), mesmo porque quando um indivíduo ou grupo age, dentro desse contexto, ele se baseia nos valores ou referenciais ideológicos da sua própria cultura (Berdoulay, 2012).

Turismo comunitário e mapeamento participativo

A formação de redes populares e turismo comunitário são imprescindíveis para que as comunidades sejam incluídas nos projetos de turismo local e para seu desenvolvimento econômico. Essa estratégia é capaz de contemplar o diverso potencial turístico do município e a sustentabilidade (Castro & Fortunato, 2014). Mas como colocar em prática esse turismo comunitário? Isto é, por onde começar? Como os habitantes de um potencial local turístico podem tomar consciência de todos os possíveis atrativos e, ao mesmo tempo, organizá-los para que um roteiro seja elaborado? Através da ideia de cartografia social.

A cartografia social é uma categoria de cartografia na qual a comunidade elabora mapeamentos fundamentados nas percepções e interpretações da comunidade em relação ao território. De acordo com Castro e Fortunato (2014, p. 155),

“(...) esta modalidade de cartografia surgiu, segundo Acselrad e Coli (2008), no final do século XX, quando as representações cartográficas passam a contemplar a participação da população local nos processos de produção de mapas. Uma das ações mais conhecidas no Brasil de cartografia social é o projeto intitulado “Nova Cartografia Social da Amazônia”, coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner B. de Almeida. (...) o material produzido com a autcartografia dos povos da Amazônia é um instrumento de fortalecimento dos movimentos sociais e de suas identidades coletivas e territorialidades específicas. Compreendemos que a cartografia social pode se tornar um importante instrumento não somente para identificação de problemas cotidianos e da expressão de identidades sociais e suas expressões territoriais, mas também de potencialidades sociais e relativas à atividade turística, sendo o mapa construído coletivamente, uma representação do espaço vivido”.

O princípio da cartografia social está muito bem atrelado ao processo de diálogo entre espaço e cultura. Segundo Castro, Gomes e Corrêa (2012), desse diálogo surgem lugares construídos pelo indivíduo que, ao mesmo tempo está construindo a si próprio. Nesse esquema, existe a escolha de diferentes componentes espalhados no meio material e cultural, os quais são sempre revisitados e ressignificados de acordo com novas descrições e narrativas. Assim, as redes populares de turismo, juntamente com a cartografia social, objetivam estruturar diferentes

competências das comunidades, procurando a manifestação de territorialidades novas, isto é, a elaboração de produtos, roteiros e atividades populares que oferecem um olhar diverso daquele oferecido pelo mercado turístico padronizado (Castro & Fortunato, 2014).

A execução do mapa com inspiração na cartografia social, neste caso, é chamada de “mapeamento participativo” ou “mapeamento turístico participativo”. Seu principal objetivo é cartografar os atrativos turísticos já existentes ou potenciais e, também, os obstáculos que podem travar a evolução do projeto turístico. Nessa perspectiva, o mapeamento participativo coloca a mostra problemas relacionados à infraestrutura básica e questões como necessidade de conservação patrimonial, tanto natural quanto cultural, políticas públicas etc. (Castro & Fortunato, 2014).

Para a elaboração do mapa participativo é interessante que se crie uma oficina de mapeamento. Antes do mapeamento na oficina, é indispensável a coleta de dados – uma espécie de inventariação – através de pesquisas e idas a campo. Há também dois modos de representação cartográfica, são eles o mapa mental e o etnomapeamento – importante também ter em mente a possibilidade de as informações surgirem através das falas dos participantes do mapeamento, ocorrendo assim as “carto-falas” (Castro & Fortunato, 2014; Ferreira et al., 2014). Na execução do mapa mental, os participantes realizam um mapeamento livre; na execução do etnomapeamento, o mapeamento é realizado em cima de uma estrutura cartográfica já existente.

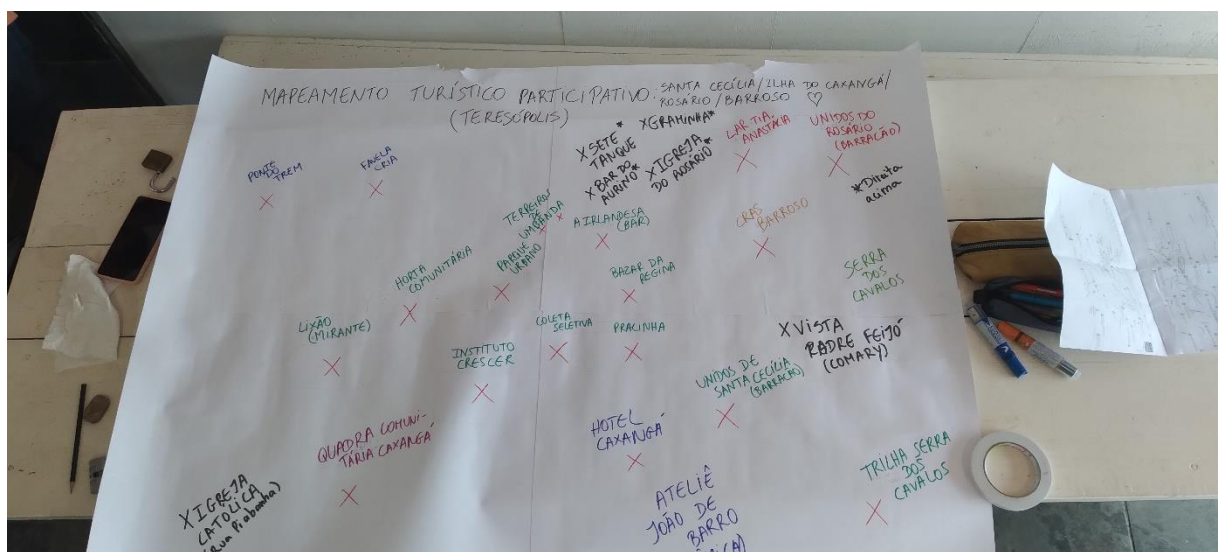
RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto de pesquisa aqui apresentado se encontra em fase inicial de execução e aprimoramento do cartograma lúdico elaborado através das oficinas de mapeamento participativo. Até o presente momento foram realizadas reuniões para inventariação dos possíveis atrativos e dos problemas de infraestrutura presentes nos bairros; rodas de conversa sobre gestão financeira feminina, alimentação vegana (ligadas ao projeto de uma feira de artesanato e comidas em Santa Cecília) e sobre a importância do mapeamento participativo comunitário; um curso sobre plantio de horta orgânica (referente ao projeto de horta comunitária também no bairro de Santa Cecília); além de duas oficinas de mapeamento participativo realizadas nos bairros de Santa Cecília (o qual incluiu moradores de Santa Cecília e Ilha do Caxangá) e Barroso (o qual incluiu moradores do Barroso e do Rosário).

A partir desses encontros e oficinas, o cartograma lúdico foi iniciado e está em processo de construção (Figura 1). A referência da localização dos possíveis atrativos turísticos

foi impressa do Google Maps e, a partir de tal impressão, as localidades foram identificadas em uma cartolina com pilots pelos moradores dos bairros. Uma variedade de possíveis atrativos turísticos foram indicados e incluídos, sendo eles: uma estrada de ferro antiga; o Centro Cultural Favela Cria; um projeto de horta comunitária; um lixão onde poderia ser um mirante; o Instituto Crescer (onde acontecem várias atividades educativas e recreativas); o Parque urbano com acesso à trilha da Serra dos Cavalos; dois terreiros de Umbanda; uma praça onde fica a coleta seletiva feita por moradores de Santa Cecília; o bazar da Regina – moradora de Santa Cecília; o bar – “A irlandesa” – construído e decorado por uma moradora de Santa Cecília; dois barracões de escolas de samba do município: “Unidos de Santa Cecília” e “Unidos do Rosário”; o Hotel Caxangá, meio de hospedagem abandonado localizado na Ilha do Caxangá; o Ateliê “João de Barro”, onde se produz objetos de cerâmica; um possível mirante na Rua Padre Feijó, de onde é possível avistar a CBF e o lago Iacy, ambos localizados na Granja Comary; o CRAS Barroso, onde há uma padaria comunitária e acontecem aulas de artes e artesanato; o Lar Tia Anastácia, local que acolhe crianças em situação de vulnerabilidade econômica e social, de onde é possível avistar a cadeia montanhosa da Serra dos Órgãos; a quadra comunitária da Ilha do Caxangá; uma Igreja católica também localizada na Ilha do Caxangá; “Sete tanque”, um local tradicional no bairro do Rosário, onde, antigamente, as mulheres lavavam roupas; “Graminha”, local com potencial para um mirante; a Igreja do Rosário; e o bar do Aurino, bar tradicional do Rosário.

Figura 1 – Esboço do cartograma lúdico realizado nas oficinas de mapeamento participativo



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incumbência para os próximos tempos – incluindo o turismo no processo participativo de construção de mundo (para um mundo melhor) –, segundo Santos (2007) é reaprender a exercer o papel de cidadão, junto com um processo vigilante em relação ao consumo, o que, de acordo com o autor, se complementam. Essa consciência se mostra mais difícil de adquirir em países, como o Brasil, que se encontram imbricados com a cultura do consumo, incentivado não somente pelo setor privado, mas também pelo poder público.

Talvez um turismo praticado e planejado com consciência, educação e ética possa ser a chave para começarmos a pensar a reformulação urgente do planeta. O ato de viajar pode ser educador e transformador, contudo tem se mostrado ganancioso e estagnado, dentro dos moldes do capitalismo. Um turismo comunitário pode talvez ajudar a mudar esse cenário, um turismo criado pela base, pelas classes menos favorecidas, pelas pessoas que vivem em contato com a sua terra e seus hábitos comunitários; essas pessoas serão criadoras de um novo turismo, incumbidas também de educar os novos turistas, contribuindo para que estes se tornem mais conscientes, éticos e com um olhar mais integrador.

REFERÊNCIAS

- BERDOULAY, V. Espaço e Cultura. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Olhares geográficos: Modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 2012.
- BOYER, M. C. The city of collective memory: Its historical imagery and architectural entertainments. Cambridge: **MIT Press**, 1994.
- BRASIL. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Formação de redes. Brasília: **Ministério do Turismo**, 2007.
- CASTRO, C. M, & FORTUNATO, R. A. Redes populares de turismo e experiências de mapeamento participativo: A atuação da rede Brasilidade Solidária em Teresópolis (RJ). **Revista Continentes**, 3(5), 150-161, 2014.



CASTRO, I. E. O espaço político: Limites e possibilidades do conceito. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Olhares geográficos: Modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 2012.

CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C., CORRÊA, R. L. Olhares geográficos: Modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 2012.

CORRÊA, R. L. Espaço e simbolismo. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Olhares geográficos: Modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 2012.

ECHEVERRI, A. P. N., & ARIAS, D. A. B. Geografías del habitar: Un habitar geopoético en la era planetária. **Geograficidade**, 4(2), 19-31, 2014.

FERREIRA, T. S. F., ALVES, S. L. P., DAOU, A. M. L., & MENEZES, P. M. L. O artesanato em garrafas de areia colorida da Praia de Majorlândia (CE): Uma experiência de mapeamento participativo. In **XXVI Congresso Brasileiro de Cartografia, V Congresso Brasileiro de Geoprocessamento e XXV Expositocarta**. Gramado, 2014.

FORTUNATO, R. A., & NEFFA, E. M. Abordagem complexa e desenvolvimento local por meio do Turismo Solidário: O caso da rede “Brasilidade Solidária”. **Turismo em Análise**, 25(1), 51-74, 2014.

IBGE. Censo demográfico 2010: Aglomerados subnormais. Brasil: **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**, 2010.

SANTOS, M. O espaço do cidadão. São Paulo: **EdUSP**, 2007.